



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Criar um mecanismo de “tolerância a falhas” e incentivar os funcionários públicos a ousarem inovar

Nos últimos anos, o mundo entrou numa fase de instabilidade política e económica, e Macau, enquanto microeconomia dependente de uma só indústria e direcionada ao exterior, não conseguiu escapar. A construção de uma cidade com resiliência passou a ser um tema que Macau tem de enfrentar directamente, sobretudo a forma de vitalizar profundamente a cidade tornou-se uma tarefa prioritária do novo Governo da RAEM. Assim, no início de Abril de 2025, o Chefe do Executivo apresentou a ideia de ousar fazer, corajosamente, através de tentativas, iniciativas arrojadas, correcções, quebras e criações, a fim de incentivar os funcionários públicos a terem o pensamento de ousar inovar e reformar.

Embora os titulares dos principais cargos do Governo, liderados pelo Chefe do Executivo, tenham manifestado a sua determinação em promover a reforma da Função Pública, a referida reforma ainda se encontra numa fase inicial e, na realidade, ainda não existe qualquer protecção proveniente dos respectivos diplomas legais, nem espaço para os funcionários públicos da linha da frente inovarem activamente. Deste modo, a criação de um mecanismo de tolerância a falhas constitui um ponto de partida crucial para a reforma da Administração Pública, no sentido de incentivar os funcionários públicos a ousarem actuar e inovar.

Na realidade, neste momento, o Governo da RAEM apenas está a proceder a



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

ajustamentos administrativos básicos nos regimes reguladores dos serviços públicos, o que não reflecte determinação na reforma da Administração Pública. Quando Macau se depara com dificuldades ou problemas na Administração Pública, os procedimentos internos de revisão não conseguem convencer a população, nem proteger os direitos e interesses dos funcionários públicos da linha da frente que executam as políticas.

Tomando como referência a experiência de Hong Kong, que é também uma região administrativa especial, quando se verificam falhas na execução do processo de aquisição, procede-se, de imediato, à averiguação das lacunas no respectivo processo e à correcção atempada das respectivas políticas, para que o público e os serviços públicos possam obter instruções claras, retirando daí os devidos ensinamentos. Hengqin, enquanto zona-chave de demonstração da cooperação aprofundada entre Guangdong e Macau, também promulgou, em 8 de Fevereiro de 2023, o Regulamentação de promoção do desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin, que estipula claramente a criação de um “mecanismo de tolerância a falhas” na zona em causa.

Nos termos do artigo 5.º desta Regulamentação, “a Zona de Cooperação assume a liderança na inovação ousada, na implementação pioneira a título experimental e na exploração independente de áreas e segmentos-chave importantes da reforma e abertura... Estabelecer um mecanismo de tolerância a falhas e de exoneração de responsabilidade na Zona de Cooperação... As entidades ou os indivíduos que não tenham obtido ganhos pessoais ou que não se tenham envolvido de má-fé em conluio para prejudicar os interesses públicos não serão responsabilizados”. A Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau, através das disposições



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

específicas, incentiva os funcionários públicos dessa zona a propor activamente políticas inovadoras, bem como protege plenamente os direitos e interesses fundamentais das entidades e dos indivíduos.

Assim sendo, interpelo o Governo, solicitando que me sejam dadas respostas, de uma forma clara, precisa, coerente, completa e em tempo útil, sobre o seguinte:

1. Quando é que o Governo da RAEM vai, através dos diplomas legais, clarificar o âmbito de exoneração de responsabilidades do mecanismo de tolerância a falhas, a fim de concretizar, efectivamente, a ideia acima referida do Chefe do Executivo no seio da Administração?
2. Para além dos diplomas legais, como é que o Governo da RAEM vai criar um ambiente de trabalho activo em inovação, com vista a incentivar todos os funcionários públicos a apresentarem propostas inovadoras?
3. Aquando da promoção do pessoal, o Governo da RAEM deve ter em consideração a apresentação de propostas como um parâmetro importante, de modo a recrutar mais quadros qualificados que ousam inovar e a revitalizar a equipa dos funcionários públicos, para que sejam apresentadas sugestões à RAEM. Vai fazê-lo?

20 de Novembro de 2025

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Che Sai Wang